

**Anais do IV Seminário Internacional de Integração Étnico-Racial e as Metas do Milênio**

## **OS DOIS MUNDOS DA INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL**

*The two worlds of disability inclusion of visual*

**Fernanda Simidamore Ferreira<sup>1</sup>**

1. Fernanda Simidamore Ferreira. Professora na Fundação Dorina Nowil.  
[fernanda.s.f@bol.com.br](mailto:fernanda.s.f@bol.com.br)

---

## RESUMO

O ser humano é considerado um ser incompleto e, por ser desejante, enquanto vive busca a completude. Se assim é com o humano em sua natureza considerada dentro do padrão de normalidade, pense no deficiente visual, seja o cego ou com baixa visão. A Organização Mundial de Saúde – OMS, considera deficiente visual a pessoa privada, em parte - segundo critérios preestabelecidos, ou totalmente da capacidade de ver. Baixa visão, ou visão subnormal, é um comprometimento do funcionamento visual em ambos os olhos. Mesmo após a correção de erros de refração comuns, auxiliado pelo uso de óculos, lentes de contato ou cirurgias oftalmológicas. Trata-se de uma definição técnica e quantitativa. Baixa visão é para quem tem uma acuidade visual menor que 0,3 - Snellen, até a percepção de luz ou, um campo visual menor que 10 graus do ponto de fixação.

**Palavras chave:** Deficiente visual. Igualdade. Integração. Limites.

## ABSTRACT

The human being is considered to be incomplete and being desirous as live search completeness. If so it is with the human in nature considered within normal limits think of the blind is the blind or with low vision. The World Health Organization - OMS considers visually impaired person deprived in part - by pre-established criteria, or all of the ability to see. Low vision, low vision, or is an impairment of visual function in both eyes. Even after

correction of common refractive errors, aided by the use of glasses, contact lenses or eye surgery. This is a technical and quantitative definition. Low vision is for anyone who has a visual acuity less than 0.3 - Snellen, to light perception or less visual field than 10 degrees from the attachment point.

**Keywords:** Blind. Equality. Integration. Limits.

## INTRODUÇÃO

O objetivo da pesquisa é analisar o percurso da existência de uma pessoa excluída que, aos olhos dos seres humanos “normais”, considerados dentro do padrão de normalidade social, não vê. Construir um olhar a respeito da Inclusão de Pessoas com Deficiência Visual é bem diferente quando se vive nos dois lados da inclusão: aquele que possui a deficiência e aqueles que trabalham em prol da inclusão dessas pessoas na sociedade. Vivenciar esses dois lados é uma experiência rica e dolorosa.

A metodologia utilizou a pesquisa bibliográfica e eletrônica, pesquisa de campo, pesquisa exploratória, qualitativa e quantitativa. Foram analisados os funcionários deficientes de uma fundação para cegos. O foco se deteve no paradoxo: ensinar ou aprender? A interação com as pessoas, nesta pesquisa, envolve uma experiência pessoal – a pessoa que vive com baixa visão e está sempre aprendendo – e como profissional, atuando como Psicóloga na Fundação Dorina Nowill para Cegos – Instituição voltada para o atendimento de pessoas com deficiência visual: cegos e baixa visão.

A hipótese é que se as pessoas – independentemente de serem cegas, possuem baixa visão ou terem uma visão normal –, se ajudassem, despidos de preconceito e se respeitassem, a vida das pessoas que não enxergam poderia ser melhor, menos pesada e dolorosa. O sentimento de menos valia poderia pesar e prejudicar menos, pois o que destrói o entusiasmo de viver daquele que não enxerga não é ser cego, é ser considerado inútil, quando tem todas as possibilidades de se desenvolver como qualquer outra pessoa.

O referencial teórico articula com Elizabet Dias de Sá, Izilda Maria De Campos, Myriam Beatriz Campolina Silva (2007), que discutem a deficiência visual. Com Eder Pires de Camargo (2012), os saberes docentes para inclusão do aluno com deficiência visual. Luiza Russo (2012) reflete sobre Atividades Inclusivas entre outros pensadores.

## 1. ENXERGA OU NÃO ENXERGA?

O primeiro paradoxo vivido por uma pessoa com baixa visão é transitar entre dois mundos: os do que enxergam e dos que não enxergam. A Organização Mundial de Saúde – OMS – considera deficiente visual a pessoa que é privada, em parte (segundo critérios preestabelecidos) ou totalmente, da capacidade de ver. Baixa visão - ou visão subnormal - é o comprometimento do funcionamento visual em ambos os olhos, mesmo após correção de erros de refração comuns com uso de óculos, lentes de contato ou cirurgias oftalmológicas. Trata-se de uma definição técnica e quantitativa. Baixa visão é para quem tem uma acuidade visual menor que 0,3 (Snellen), até a percepção de luz ou, um campo visual menor que 10 graus do

ponto de fixação. Elizabet Dias de Sá, Izilda Maria de Campos e Myriam Beatriz Campolina Silva discutem o atendimento educacional especializado para crianças com baixa visão e esclarecem o tema:

*A definição de baixa visão (ambliopia, visão subnormal ou visão residual) é complexa devido à variedade e à intensidade de comprometimentos das funções visuais. Essas funções englobam desde a simples percepção de luz até a redução da acuidade e do campo visual que interferem ou limitam a execução de tarefas e o desempenho geral. Em muitos casos, observa-se o nistagmo, movimento rápido e involuntário dos olhos, que causa uma redução da acuidade visual e fadiga durante a leitura. É o que se verifica, por exemplo, no albinismo, falta de pigmentação congênita que afeta os olhos e limita a capacidade visual. Uma pessoa com baixa visão apresenta grande oscilação de sua condição visual de acordo com o seu estado emocional, as circunstâncias e a posição em que se encontra, dependendo das condições de iluminação natural ou artificial. Trata-se de uma situação angustiante para o indivíduo e para quem lida com ele tal é a complexidade dos fatores e contingências que influenciam nessa condição sensorial. As medidas de quantificação das dificuldades visuais mostram-se insuficientes por si só e insatisfatórias. É, pois, muito importante estabelecer uma relação entre a mensuração e o uso prático da visão, uma vez que mais de 70% das crianças identificadas como legalmente cegas possuem alguma visão útil (SÁ, CAMPOS & SILCA 2007 pag. 16).*

O fato de enxergar, porém não o suficiente, faz com que as pessoas com baixa visão optem por pertencer ao mundo das pessoas que enxergam, pois para elas é difícil assumir para si mesmas que possuem uma deficiência. As pessoas ao seu redor, familiares,

amigos, professores a legitimam como aqueles que possuem dificuldade de visão, mas enxergam e, então, não são deficientes.

O ser humano apreende o mundo por meio dos cinco sentidos: tato, olfato, paladar, audição e visão. Pelo sentido da visão é que se capta o maior número de informações, 85%. A pessoa com baixa visão capta apenas de 20 a 30% da informação. Muitas vezes não tem certeza de que aquilo que está vendo é realmente o que os outros veem e, nesse sentido, sente-se insegura na forma de aprender e apreender o mundo, necessitando da confirmação daquele que enxerga para assegurar-lhe de que estão indo pelo caminho certo.

A sociedade, em senso comum, tem a imagem do deficiente visual: aquele que é cego, anda de bengala, usa óculos escuros e precisa de alguém o tempo todo o auxiliando. Desconhece e não reconhece a pessoa com baixa visão. Uma pessoa com baixa visão pode entrar e sair de um ambiente, sem ser percebida. Essa invisibilidade muitas vezes faz com que a pessoa não assuma sua deficiência para não mostrar aos outros as suas limitações.

A linguagem, a comunicação e as múltiplas formas de expressão cultural ou artística constituem-se de imagens e apelos visuais cada vez mais complexos e sofisticados. Os conteúdos escolares privilegiam a visualização em todas as áreas de conhecimento, de um universo permeado de símbolos gráficos, imagens, letras e números. Assim, necessidades decorrentes de limitações visuais não devem ser ignoradas, negligenciadas ou confundidas com concessões ou necessidades fictícias. Para que isso não ocorra, devemos ficar atentos em relação aos nossos conceitos, preconceitos, gestos, atitudes e posturas com abertura e disposição

para rever as práticas convencionais, conhecer, reconhecer e aceitar as diferenças como desafios positivos e expressão natural das potencialidades humanas (SÁ, CAMPOS & SILCA 2007 pág. 14).

Assim acontece com muitas famílias que não reconhecem a deficiência de seus filhos e acabam tratando-os com igualdade, negligenciando as adaptações que poderiam ajudá-los em seu dia-a-dia.

## 2. IGUALDADE X EQUIDADE

Há a necessidade de uma reflexão sobre a definição de igualdade e equidade, que parecem termos sinônimos, porém, quando compreendidos, fazem toda a diferença no processo de inclusão de pessoas com deficiência. Igualdade refere-se a situações idênticas para todas as pessoas e descaracteriza as particularidades. Já equidade refere-se à capacidade de apreciar e julgar com retidão, imparcialidade e justiça; capacidade de analisar cada caso para que não haja desigualdade, injustiça. Quando se trata a pessoa com baixa visão com igualdade em todas as situações, deixa-se de olhar para suas limitações, dificuldades, ignorando os momentos em que ela precisa de ajuda. A pessoa com baixa visão, por sua vez, percebe suas dificuldades, mas não as expõe por sentir vergonha de não ser igual aos outros. Acaba se sentindo muito sozinha, como se somente ela possuísse dificuldades.

Muitas vezes, nas escolas, a criança com problemas visuais é “zombada” pelos coleguinhas quando aproximam o caderno do rosto para enxergar melhor ou pedem para o aluno adivinhar quantos dedos eles estavam mostrando. Essas situações são ignoradas pelos professores porque não sabem como lidar com a

situação, e o sentimento de solidão, por acreditar que aquilo só acontece com ela, toma conta, fazendo com que ela esconda cada vez mais suas dificuldades.

A equidade promove uma transformação do olhar para aquele que possui uma deficiência. É preciso entender as necessidades particulares de cada indivíduo para que se possa auxiliá-los com suas dificuldades. Seja nas escolas, na família, nos ciclos de amizades, quando se oferece um ambiente acessível para a pessoa que possui uma deficiência, começa-se a colocá-la em pé de igualdade com os demais, nunca deixando de entender e compreender suas limitações. A equipe do Instituto Paradigma discute sobre as atividades inclusivas em (2008).

*Muito tem-se falado sobre inclusão e, principalmente, sobre como adaptar as atividades pedagógicas para alunos com deficiência nas classes regulares, beneficiando, também, alunos que precisam usufruir da rotina escolar, acessando o currículo e o conteúdo pedagógico proposto de diferentes formas. Este é um dos aspectos que mais tem intrigado os professores e causado, ainda, um certo desconforto. Esta seção pretende discutir o conceito e*

*apresentar sugestões de atividades inclusivas, que poderão ser usadas pelos professores, em suas salas de aula. Atividades inclusivas são estratégias pedagógicas, que objetivam construir oportunidades reais de aprendizagem para todos os alunos. Permitem a interação de todas as crianças em sala de aula, levam em consideração as peculiaridades dos alunos e suas diversas maneiras de aprender. São atividades que exploram as experiências prévias dos alunos, suas sensações e sentidos diante do novo. Desenvolvem, também, as habilidades e a criatividade, tanto de professores, quanto dos alunos, motivando e despertando a vontade de aprender e de relacionar a nova aprendizagem às experiências de vida (RUSSO, 2008, 28).*

### **3 - INTEGRAÇÃO X INCLUSÃO**

Outro paradoxo importante que a nossa Sociedade ainda vive é o paradoxo da integração X inclusão. Apesar de as diversas leis e documentos que foram prorrogados a respeito da Inclusão das Pessoas com Deficiência, ainda se percebe o modelo de Integração em diversos âmbitos da Sociedade.

Para entender o que cada modelo significa, precisa-se entender a diferença entre eles:

<b>Inclusão:</b> a inserção é total e incondicional (crianças com deficiência não precisam "se preparar" para ir à escola regular)	<b>Integração:</b> a inserção é parcial e condicional (crianças "se preparam" em escolas ou classes especiais para estar em escolas ou classes regulares)
<b>Inclusão:</b> exige rupturas nos sistemas	<b>Integração:</b> Pede concessões aos sistemas
<b>Inclusão:</b> mudanças que beneficiam toda e qualquer pessoa (não se sabe quem "ganha" mais; TODAS ganham);	<b>Integração:</b> Mudanças visando prioritariamente a pessoas com deficiência (consolida a ideia de que elas "ganham" mais)
<b>Inclusão:</b> exige transformações profundas	<b>Integração:</b> contenta-se com transformações superficiais
<b>Inclusão:</b> sociedade se adapta para atender às necessidades das pessoas com deficiência e, com isso, se torna mais atenta às necessidades de TODOS	<b>Integração:</b> pessoas com deficiência se adaptam às necessidades dos modelos que já existem na sociedade, que faz apenas ajustes
<b>Inclusão:</b> defende o direito de TODAS as pessoas, com e sem deficiência	<b>Integração:</b> Defende o direito de pessoas com deficiência
<b>Inclusão:</b> traz para dentro dos sistemas os grupos de "excluídos" e, paralelamente, transforma esses sistemas para que se tornem de qualidade para TODOS	<b>Integração:</b> Insere nos sistemas os grupos de "excluídos que provarem estar aptos" (sob este aspecto, as cotas podem ser questionadas como promotoras da inclusão)
<b>Inclusão:</b> o adjetivo inclusivo é usado quando se busca qualidade para TODAS as pessoas com e sem deficiência (escola inclusiva, trabalho inclusivo, lazer inclusivo etc)	<b>Integração:</b> O adjetivo integrador é usado quando se busca qualidade nas estruturas que atendem apenas as pessoas com deficiência consideradas aptas (escola integradora, empresa integradora etc)
<b>Inclusão:</b> valoriza a individualidade de pessoas com deficiência (pessoas com deficiência podem ou não ser bons funcionários; podem ou não ser carinhosos etc);	<b>Integração:</b> Como reflexo de um pensamento integrador pode-se citar a tendência a tratar pessoas com deficiência como um bloco homogêneo (exemplos: surdos se concentram melhor; cegos são excelentes massagistas)
<b>Inclusão:</b> Não quer disfarçar as limitações, porque elas são reais	<b>Integração:</b> Tende a disfarçar as limitações para aumentar a possibilidade de inserção
<b>Inclusão:</b> Não se caracteriza apenas pela presença de pessoas com e sem deficiência em um mesmo ambiente	<b>Integração:</b> A presença de pessoas com e sem deficiência no mesmo ambiente tende a ser suficiente para o uso do adjetivo integrador

Fonte: Produzido pela autora em 2015

Ainda se percebe forte e enrijecido o modelo integrativo no processo educacional das escolas. Segundo Melero, Miguel Lopez (Espanha, 2002), os objetivos tradicionais, na educação de pessoas com necessidades educativas específicas, ainda se orientam por conseguir alcançar comportamentos sociais controlados, quando deveriam ter como objetivo que essas pessoas adquirissem cultura suficiente para que pudessem conduzir sua própria vida. Ainda se vive em um modelo assistencial e dependente quando a meta da inclusão é o modelo de competência com autonomia. O pensamento pedagógico dos profissionais é que

*as crianças com necessidades educativas específicas são os únicos responsáveis (culpados) por seus problemas de aprendizagem (às vezes, esse sentimento se estende aos pais), mas raras vezes questionam o sistema escolar e a sociedade...o fracasso na aprendizagem deve-se às próprias crianças com deficiência e não ao sistema, pensa-se que são elas, e não a escola, quem tem de mudar. (Melero, 2002)*

É um modelo baseado no déficit, que destaca mais o que a criança não sabe fazer do que aquilo que ela pode realmente fazer. Assim, esse modelo se centra na necessidade do especialista, e

busca-se um modo terapêutico de intervir, como se a resolução dos problemas da diversidade estivesse sujeita à formação de especialistas que se fazem profissionais da deficiência.

Lopez diz que

essa escola seletiva valoriza mais a capacidade dos que os processos; os agrupamentos homogêneos do que os heterogêneos; a competitividade do que a cooperação; o individualismo do que a aprendizagem solidária; os modelos fechados, rígidos e inflexíveis do que os projetos educativos abertos, compreensivos e transformadores; apoia-se em desenvolver habilidades e destrezas e não conteúdos culturais e vivenciais como instrumentos para adquirir e desenvolver estratégias que lhes permitam resolver os problemas da vida cotidiana. (Lopez, 2002)

Essa postura é um problema ideológico porque o que se esconde atrás dessa atitude é a não-aceitação da diversidade como valor humano e a perpetuação das diferenças entre os alunos, ressaltando que essas diferenças são insuperáveis. Lewin Esteban Motta (2004) discute em *Infância em cena* a constituição do sujeito e desenvolvimento psicomotor.

*Que influência tem a estrutura e o desenvolvimento psicomotor para o crescimento da criança? A formação – construção, desenvolvimento, amadurecimento e crescimento – do corpo e do corpo subjetivado são determinadas por uma infinidade de atividades como desejar, agarrar, engatinhar, balbuciar, etc. O livro detém-se a analisar essas fases como um todo, onde começa a estruturar-se o universo simbólico e o sujeito. O autor apresenta caminhos inexplorados no campo da infância, na interrogação acerca do sujeito e*

*do seu corpo* (MOTTA, 2004, pag. 23).

Nos atendimentos na Fundação Dorina Nowil para Cegos, observou-se um grande número de pessoas com baixa visão que abandonaram seus estudos por achar que o problema de não aprender estava relacionado a elas. Preferiam desistir de estudar, já que sua dificuldade de visão não é compreendida pelos professores.

Existe, por parte dos professores, uma grande dificuldade de compreender o aluno de baixa visão. Neste aspecto, o apoio e o incentivo da família ajudam o aluno a lutar pelos direitos e a não desistir de concluir os estudos. Isso é fundamental para que possa resistir ao sentimento de ser um desajustado e achar que o problema estava nele. Esse sentimento acompanha o cego em toda a sua vida. Falta a compreensão de que

*a escola inclusiva é aquela onde o modelo educativo subverte a lógica do modelo integrativo e pretende, em primeiro lugar, estabelecer ligações cognitivas entre os alunos e o currículo, para que adquiram e desenvolvam estratégias que lhes permitam resolver problemas da vida cotidiana e que lhes preparam para aproveitar as oportunidades que a vida lhes oferece.* (Lopez, 2002)

Tirar a pessoa com deficiência do lugar de espectador transformando-a em protagonista, responsável por sua aprendizagem faz e fará a diferença para o processo de inclusão das pessoas com deficiência.

#### **4. LIMITAÇÃO X LIMITES / SER DEFICIENTE X TER DEFICIÊNCIA**

Aqueles que conseguem concluir o Ensino Médio agora se encontram em outro paradigma que influenciará as próximas etapas de suas vidas. A transição da adolescência para vida adulta é marcada pelo início da construção da identidade profissional. É neste momento que muitas pessoas com baixa visão se deparam com a deficiência “nua e crua”. Chega o momento de assumir suas limitações ou, então, paralisar-se diante dela e se conformar com aquilo que tem.

Dúvidas como “no que posso trabalhar”? “Será que consigo fazer isso”? “Para que eu sirvo se não enxergo direito”? São muito comuns nesta fase. É muito importante entender a diferença entre limitação e limite, entre ser deficiente e ter uma deficiência. A distância – que a baixa visão tende a querer de tudo – remete a deficiente, vem do estigma carregado na sociedade em relação às pessoas com deficiência. Por muitos séculos e até hoje, deficiente remete à imperfeição, ao incapaz, ao coitado, digno de pena e compaixão.

Segundo o dicionário, deficiente refere-se a acreditar que tudo em si está incompleto. que não é suficiente sob o ponto de vista quantitativo; deficitário. Esse estigma por muitas vezes gerou incômodo a mim mesma. Nunca me senti incapaz, infeliz. Não queria que as pessoas me enxergassem dessa forma porque eu tinha uma limitação. Hoje, entendo que esse sentimento vem pelo fato de as pessoas não se imaginarem com uma deficiência. Acreditam

que no lugar daquele que possui uma limitação, não conseguiriam enfrentar as dificuldades. Porém, a superação de limites vem da resiliência, poder de superação que cada ser humano desenvolve frente às dificuldades de seu dia-a-dia, independentemente de ter ou não uma deficiência.

Quando se possui uma limitação, é preciso ter consciência dela para fazer suas escolhas profissionais não deixando que esta se torne o limite para seu crescimento profissional. Muitas pessoas com baixa visão não desenvolveram a consciência no momento de suas escolhas profissionais e acabaram se deparando com o sentimento de frustração por não darem conta daquilo que se propuseram a fazer. É nesse momento que muitas pessoas procuram o suporte em uma Fundação especializada no atendimento de pessoas com deficiência visual.

Entender que a limitação visual é apenas uma parte si, que não a reduz ao incapaz, ao imperfeito é fundamental para o processo de aceitação da própria pessoas com baixa visão em relação à sua deficiência e reconhecimento de suas habilidades e competências. É sabido que a dificuldade de conseguir uma colocação profissional não abrange somente as pessoas com deficiência visual. Hoje, segundo os dados do último CENSO- IBGE 2010, no Brasil existem 45 milhões de pessoas com deficiência e destas, apenas 330.000 estão no mercado de trabalho. Conforme gráfico abaixo, dentro dos tipos de deficiências - física, reabilitados, auditiva, visual intelectual e múltiplas-, a visual é a segunda menos contratada (8%) ficando na frente apenas da deficiência intelectual e múltiplas.

**Figura 1: Dados obtidos a partir da análise do CENSO - IBGE 2010.**



**Fonte: dados do IBGE dados do último CENSO/2010**

Apesar de existirem políticas afirmativas como lei de Cotas que obriga empresas com mais de 100 funcionários a contratarem pessoas com deficiência, o olhar de muitas empresas ainda está voltado para o modelo integralista, citado anteriormente. A mudança do olhar para uma cultura de diversidade é preciso acontecer para que haja uma transformação deste cenário a respeito da carreira profissional das pessoas com deficiência.

## **5, O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

O papel das instituições no processo de inclusão de deficiente visual é fundamental para o processo de aceitação do indivíduo e sua família sobre sua deficiência, além de ser um agente da transformação do olhar da Sociedade para com as Pessoas com Deficiência. Eder

Pires de Camargo discute a inclusão escolar de alunos com deficiência e diz

*a inclusão escolar de alunos com deficiência impõe-se como tema a ser pesquisado para propor práticas adequadas à nova realidade educacional. Alunos com deficiência visual, por exemplo, começam a frequentar espaços sociais como a escola sem que antigos paradigmas de normalização de comportamentos tenham sido revistos (CAMARGO, 2012, pág.13).*

Camargo (2012, pag.13) considera necessário desenvolver futuros professores que proponham novas contribuições e atividades durante os cursos de habilitação. Os saberes que professores mobilizam para alunos com deficiência visual devem ser atividades inclusivas.

*Após entender que possuía uma deficiência visual, decidi procurar ajuda na Fundação Dorina Nowill para Cegos. Não foi uma decisão fácil, pois simbolicamente estava assumindo para mim que eu tinha uma deficiência e não era igual aos outros. Minha família sempre teve resistência em procurar uma*

*Instituição para deficientes visuais justamente pelo fato de não assumirem minha deficiência. Meus atendimentos foram pontuais e solitários na Clínica de Baixa Visão, porém, foram transformadores. Conheci recursos de acessibilidades que me proporcionaram a voltar a ler livros e me apropriar de direitos que tinha por possuir uma deficiência (SIMIDAMORE, 2016).*

Muitas pessoas com baixa visão chegam nas instituições e ficam “perdidas”. E encontrar ali um espaço acolhedor onde os profissionais entendem, orientam e oferecem suporte para lidar com a deficiência abrindo portas desconhecidas, empodera e transforma as pessoas com deficiência em protagonista da sua própria história. Além do fato de que a instituição promove o encontro de pessoas que estão passando ou passaram por situações parecidas por conta da deficiência. Esta empatia e construção de novos vínculos afetivos fortalecem as pessoas que passam pelos atendimentos na Instituição. Muitos dos clientes atendidos encontraram, dentro da Fundação Dorina, o melhor amigo, o primeiro namorado/namorada. Esses vínculos que ultrapassam os muros da Instituição fazem com que comecem a frequentar espaços de lazer, cultura assumindo a deficiência para a Sociedade além de melhorar a autoestima e autoconfiança.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de inclusão é dinâmico e constante. É preciso que ele aconteça não só na sociedade, mas também dentro da pessoa com deficiência visual para que ela se torne um agente transformador. Entender que possuir uma deficiência visual não é um fator limitante para deixar de ter sonhos e objetivos não é tarefa fácil e não acontece se não encontrar o suporte

necessário. As famílias, como parte desse processo, devem incentivar a autonomia e independência, não deixando de olhar para as necessidades do indivíduo com deficiência. Buscar apoio nas Instituições pode ser transformador nesse processo.

A cultura da diversidade vem permitindo construir uma sociedade mais humana e igualitária em que todos devem aprender a compartilhar novos significados e novos comportamentos e relações entre as pessoas. A cultura da diversidade é uma nova maneira de educar que parte do respeito à diversidade como um valor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVARES, H.M. **Revista INES**. Rio de Janeiro: 2003.

BEVILACQUA M.C.; FORMIGONI G.M.P. **Audiologia educacional**: uma opção terapêutica para a criança deficiente. Carapicuíba, SP: Pró-fono; 1997.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Adaptações Curriculares (Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais) Brasília: SEE/SEF/MEC, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ação Social. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: MAS, 1990.

\_\_\_\_\_. **Subsídios para organização e funcionamento de serviços em educação especial**. Área de deficiência auditiva. Brasília: MEC/SEESP, 1995. LOPEZ, José Manuel

CAMARGO, E.P. **Saberes docentes para inclusão do aluno com deficiência visual em aulas de física**. Volume3, 276 páginas. Editora Unesp, São Paulo, 2012

CASTRO, A.R.; CARVALHO, I.S. **Comunicação por Língua de Sinais**. Editora SENAC. 2005.

DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC. UNESCO, 2003

- FERNANDES, E. **Problemas Lingüísticos e Cognitivos**. Rio de Janeiro: Agir, 1990.
- FREEMAN, R.D. **Seu filho escuta? Um guia para todos que lidam com crianças surdas**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, 1999
- FERREIRA, F. **Os dois mundos da deficiência visual**. Fundação Dorina Nowil, 2016
- HARRISSON, K.M.P. **A surdez na família: uma análise de depoimentos de pais e mães [dissertação]**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 1994.
- HUTCHINSON, J.O.; ATKINSON, K.; ORPWOOD, J. 1997. **Breaking down Barriers – Access to Further and Higher Education for Visually Impaired Students**. Stanley Thornes Publishers. Great Britain. LEVIN, E. 1998.
- LAFON J.C. **A deficiência auditiva na criança: deficiência e adaptações**. São Paulo: Manole; 1989.
- LEIBOVIVI Z. **A família e a criança surda**. In: Ciccone M. Comunicação total: a pessoa surda. Rio de Janeiro: Cultura Médica; 1996.
- LOPEZ, J.M. A. **Saberes docentes para inclusão do aluno com deficiência visual**. Ed. Dorina Nowil, São Paulo 2002.
- LUTEMAN D. **Deafness in the family**. Boston: Little, Brown and Company; 1987.
- MINUCHIN S. **Famílias, funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas; 1988.
- MELERO, M.L. **Diversidade e Cultura: uma escola sem exclusões**. Universidade de Málaga. Espanha. 2002
- MOTTA, L.M.V.M. **Infância em Cena: Constituição do Sujeito e Desenvolvimento Psicomotor**. Editora Vozes. São Paulo. 2004.
- REILEY, L. **Aprendendo a Ensinar Inglês para Alunos Cegos e de Baixa Visão – Um Estudo na Perspectiva da Teoria da Atividade**. Tese de Doutorado. PUC SP. 2006.
- RUSSO, L. **Atividades Inclusivas** Instituto Paradigma. Makro Kolor Gráfica e Ed. São Paulo: 2008
- SÁ, E.D.; CAMPOS, I.M; SILVA, M.B.C. **Deficiência Visual** CAMPOS, SILVA, SEESP / SEED / MEC Brasília/DF. 2007
- SACKS, O.W. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- SHIMOURA, A.S. **Escola Inclusiva – Linguagem e Mediação**. Papirus Editora. Campinas. São Paulo. 2005.
- STAINCKBACK, S.; STAINCKBACK, W. **Projeto de formação de professores de inglês para crianças: o trabalho do formador**. Tese de doutorado. PUC SP. 1996.
- VYGOTSKY, L.S. **Inclusão**. Um Guia para Educadores. Artmed Editora. Porto Alegre. 1934/1999.
- \_\_\_\_\_. **A formação social da mente**. 6 ed. Martins Fontes. São Paulo: 1998.
- SITE: [www.pucsp.br/revistadisturbios/artigos](http://www.pucsp.br/revistadisturbios/artigos). Acesso em 04 de fev. de 2010.
- [https://pt.wikipedia.org/wiki/Fundação\\_Dorina\\_Nowill](https://pt.wikipedia.org/wiki/Fundação_Dorina_Nowill)
- <http://www.visaolaser.com.br/saude-ocular/doencas-oculares/baixa-visao/>
- <http://www.adiron.com.br/site/index.php?page=inclusao>
- <https://pt.wikipedia.org/wiki/Limite>  
<http://censo2010.ibge.gov.br/>
- [www.Fundação Dorina Nowil](http://www.Fundação Dorina Nowil) 2015.
- [www.dorinateca.org.br/Biblioteca](http://www.dorinateca.org.br/Biblioteca) online de livros acessíveis da Fundação Dorina Nowill para Cegos. Livros em formato DAISY. Livros em formato DAISY, Áudio, Braille e EPUB. 2016.